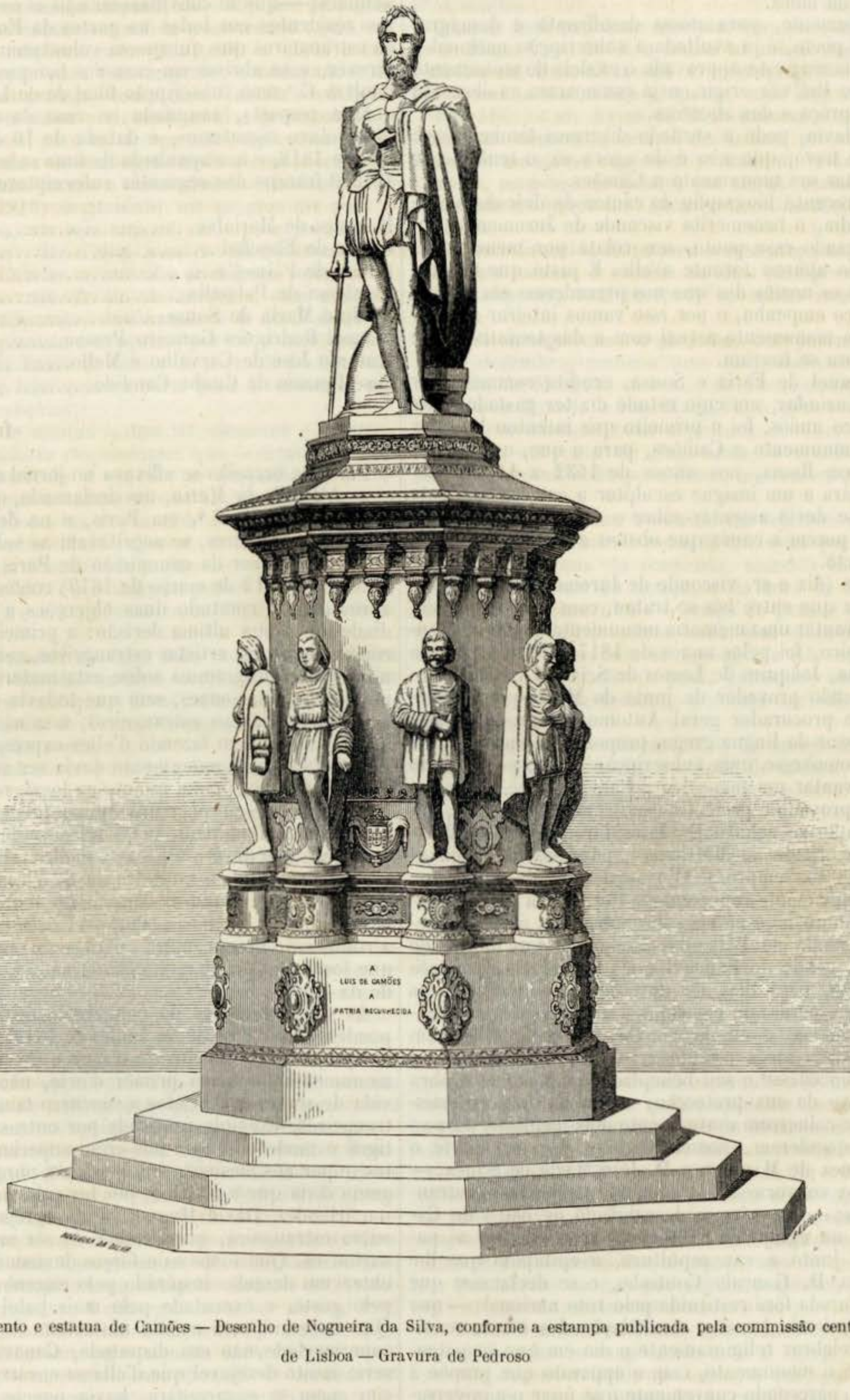



Monumento e estatua de Camões — Desenho de Nogueira da Silva, conforme a estampa publicada pela commissão central de Lisboa — Gravura de Pedroso

> Escrevem fabuladores da antiguidade, que a estatua de Memnon por si mesma cantava, como inspirada, ao nascer do sol. Debaixo do sol ou da lua, a de Camões cantará continuamente aos ouvidos do nosso espirito.
>
> A. F. DE CASTILHO.

Tem Portugal imitado outras muitas nações da Europa, em ser mau pagador das dividas de gratidão publica para com os seus grandes homens. Se nos quizerem lançar em rosto este labéo, irá tambem macular a face d'outros povos mais ricos e afortunados.

Mas de todas essas dividas sagradas, a que mais nos envergonha termos deixado tanto tempo em aberto, é a que devemos á memoria do auctor dos *Lusiadas*, epopéa que tão gloriosa nomeada nos tem grangeado, e o unico monumento litterario que todas as linguas civilisadas nos hão vulgarisado.

Para este seculo, e para os nossos dias, reservou

o destino do grande épico o pagamento d'essa divida publica, e oxalá que a possamos solver com os juros da mora.

Felizmente, para nossa desaffronta e desaggravo do poeta, é já avultada a subscripção nacional e espontanea; está approvado o modelo do monumento que se lhe vãe erigir, e já começaram as obras da nova praça e dos alicerces.

Todavia, pede a verdade dizermos tambem, que não é novo, que não é de agora só, o tentame de levantar um monumento a Camões.

O recente biographo do cantor do descobrimento da India, o benemerito visconde de Juromenha, investigando esse ponto, nos relata por menor tudo quanto apurou tocante a elle. É justo que não calemos os nomes dos que nos precederam em tão patriotico empenho, e por isso vamos inteirar a historia do monumento actual com a das tentativas que outr'ora se fizeram.

Manuel de Faria e Sousa, erudito commentador dos *Lusiadas*, em cujo estudo diz ter gastado vinte e cinco annos, foi o primeiro que intentou levantar um monumento a Camões, para o que, quando esteve em Roma, nos annos de 1632 a 41, encommendára a um insigne esculptor a estatua do poeta que se devia assentar sobre o seu mausoleo. Ignora-se porém a causa que obstou á realisação d'este projecto.

Mas (diz o sr. visconde de Juromenha), a primeira vez que entre nós se tratou, com mais seriedade, de levantar uma memoria monumental ao nosso grande épico, foi pelos annos de 1817 a 1818. Por esta epocha, Joaquim de Lemos de Seixas Castello-Branco, sendo provedor da junta do Monte-pio Litterario, e procurador geral Antonio Maria do Couto, professor da lingua grega, propozeram em mesa que se promovesse uma subscripção com o pensamento de levantar um mausoleo a Camões.

Approvado o projecto, escreveram para Paris, onde então se achava D. José Maria de Sousa Botelho, morgado de Mattheus [1], para serem coadjuvados na sua empreza. O marquez de Marialva, que tão dignamente representava Portugal n'aquella corte, reuniu logo na casa da embaixada os portuguezes: conde de Palmella, Francisco José Maria de Brito, conde do Funchal e D. José Maria de Sousa Botelho, para lhes ser apresentado o projecto, os quaes accordaram em votar á mesa os justos e devidos elogios, e em propor-lhe uns artigos que em substancia são os seguintes: Que se rogasse a el-rei lhe concedesse o seu beneplacito, e tomasse a obra debaixo da sua protecção; — que as duas commissões escolhessem mutuamente dois membros para se corresponderem, nomeando elles por sua parte o marquez de Marialva e D. José Maria de Sousa; — que se convocassem a concurso nacionaes e estrangeiros; — que não se descobrindo os ossos de Camões na egreja de Sant'Anna, se collocasse na parede, junto á sua sepultura, o epitaphio que lhe pozera D. Gonçalo Coutinho, e se declarasse que esta lapida fôra restituida pelo voto nacional; — que não podendo haver a trasladação dos ossos, convinha celebrar religiosamente o dia em que se patenteasse o monumento, com o apparato que propõe a mesa, parecendo conveniente que fosse o anniversario da saída da expedição de Vasco da Gama; — que se fixasse um dia para se lhe fazerem as exequias annuaes; — que se convidassem não só os portuguezes residentes em todas as partes da Europa, mas os estrangeiros que quizessem voluntariamente subscrever, e se abrisse em casa dos banqueiros Bagenault & C.ª uma subscripção filial da de Lisboa.

Esta resposta, assignada na casa da embaixada pelos cinco signatarios, é datada de 16 de novembro de 1818, e acompanhada de uma subscripção de 10:270 francos dos seguintes subscriptores:

| | |
|---|---|
| Marquez de Marialva | 3:000 |
| Conde do Funchal | 2:000 |
| Conde de Palmella | 2:000 |
| Condessa de Palmella | 2:000 |
| D. José Maria de Sousa | 1:000 |
| Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa | 150 |
| Antonio José de Carvalho e Mello | 100 |
| José Ignacio da Cunha Candido | 20 |
| | frs. 10:270 |

Por esta occasião se affixava no jornal dos annuncios, *L'Etoile du Matin*, um declarando, que na casa de Bagenault & C.ª, em Paris, e na de Pedro F. & C.ª, em Londres, se acceitavam as subscripções.

A este parecer da commissão de Paris respondeu a de Lisboa (12 de março de 1819) conformando-se, apresentando comtudo duas objecções á mesa, pedindo-lhe a sua ultima decisão: a primeira sobre a concurrencia dos artistas estrangeiros, sendo de opinião que o programma sobre esta materia devia limitar-se aos nacionaes, sem que todavia se tolhesse a concurrencia aos estrangeiros, mas não os convidando nunca, nem fazendo d'elles expressa menção, por isso que este monumento devia ser antes nacional que europeu; e em quanto ao local, reformava a commissão o seu primeiro juizo, julgando que a egreja de S. Domingos, pelas relações de amizade e protecção que devêra o poeta áquelles religiosos, devia ser preferida ao mosteiro de S. Vicente, indicado no primeiro plano da commissão, e ao de Belem, lembrado pela de Paris. Por esta occasião nomeou a commissão dois membros para a correspondencia, que foram o provedor, auctor da moção, e o visconde da Lapa.

Ás duas objecções da commissão de Lisboa respondeu a de Paris (30 de Junho de 1819), observando que, sendo sem duvida o desejo de todos que o monumento fosse um primor d'arte, não via a duvida de serem convocados a concurso tambem os estrangeiros, exemplo praticado por outros povos antigos e modernos, que nos eram superiores nas artes, e por nós mesmos, sem desdoiro, porquanto ninguem diria que a Batalha, por ter sido mestre d'ella um irlandez, David Huguet, e da egreja de Belem outro estrangeiro, que deixem de ser monumentos nacionaes. Que todos os esforços deviam dirigir-se a obter um desenho inspirado pelo engenho, apurado pelo gosto, e executado pelo mais habil esculptor. Que na esculptura existia um artista italiano, cuja superioridade não era disputada, Canova, e assim seria muito desejavel que d'ella se encarregasse, assim como se encarregára, havia poucos annos, de outra similhante para Vienna d'Austria, o famoso mausoleo da archiduqueza Christina, que se acha erigido na capella real, e que assás restava aos nacionaes na boa execução do desenho e architectura. Que parecia á commissão que o local de Belem era o mais bem adequado; mas no caso de algum embaraço ou duvida, pensava que o mosteiro de S. Vicente ou a Sé devia ser preferido ao convento de S. Domingos, pela inferioridade da sua architec-

[1] Tinha por esse tempo dado á luz em Paris a famosa edição dos *Lusiadas*, chamada do morgado de Mattheus, em que gastou 51:152 francos (9:207$360 réis), tirando só 210 exemplares, que deu de presente a todas as bibliothecas e soberanos da Europa, aos sabios nacionaes e estrangeiros etc. Vinculou um exemplar em pergaminho, e as chapas das gravuras em cobre de que a edição foi illustrada; ordenando que se algum dos futuros administradores do morgado as deixasse sair da sua mão, dando ou vendendo, a bibliotheca publica de Lisboa as podesse reivindicar como propriedade sua. Tambem dispoz que antes de um seculo não se podesse fazer reimpressão.

Os typos que Didot mandára fundir para imprimir todas as epopéas modernas, foram estreados n'esta edição de Camões.

tura, e porque o titulo allegado era inadmissivel, pois que os contemporaneos de Camões que o deixaram morrer ao desamparo, não mereciam indulgencia, mas o esquecimento da posteridade. Que em quanto ao requerimento para pedir a el-rei a sua alta protecção para esta empreza, o embaixador de Paris estava prompto a dirigil-o. Terminava recommendando a maior actividade para o proseguimento dos trabalhos, porque, accrescenta, seria grande desdoiro se acaso se mallograssem ou desvanecessem.

No entanto havia a commissão de Lisboa (5 de maio de 1819) organisado um programma para a subscripção, em seis artigos, onde se expunham as condições e o fim d'ella, a saber: Recolherem-se os ossos de Camões a um dos principaes templos da cidade, no caso de se encontrarem, com a maior pompa e apparato, destinando-se o dia 8 de julho para este prestito e exequias, por ser o anniversario da saída de Vasco da Gama do porto de Lisboa; applicando-se logo quantia certa para a renovação annual das exequias.

Depois de muitas instancias, demoras e esperas, os governadores responderam que — estavam promptos a subscrever e expedir os despachos necessarios, logo que a commissão de Lisboa lhes apresentasse o diploma da approvação de Sua Magestade; mas que antes d'isso julgavam este acto contradictorio á sua auctoridade e representação.

El-rei estava no Brasil, os papeis para lá foram, e como sobreveiu a revolução de 1820, tudo se frustrou.

O sr. visconde diz que toda esta narrativa fôra extractada dos documentos originaes de ambas as commissões, com que o brindára o sr. Francisco Xavier Rodrigues, de Torres Novas, para mencionar na biographia do poeta.

Dos preparativos para esta projectada solemnidade só nos resta a missa de *requiem*, encommendada ao insigne compositor e mestre da capella real, Domingos Bomtempo.

Cabem as honras e a gloria da achada dos ossos de Luiz de Camões [1], e de nova proposta para se lhe erigir um monumento, a outro poeta não menos afamado já, o sr. A. Feliciano de Castilho.

Em 1836, perante a «sociedade dos amigos das lettras», fez o sr. Castilho uma proposta para que se procurasse na egreja de Sant'Anna a sepultura de Camões, e que, achada ella, se fundasse um «campo elysio», se trasladassem para lá os ossos do grande poeta, e se lhe erigisse uma estatua.

Adoptada e applaudida a proposta, nomeou-se uma commissão de seis socios, que foram o auctor, seu irmão o conego Augusto Frederico de Castilho, o morgado de Assentiz, Gonçalo Vaz de Carvalho, Francisco de Assis Rodrigues, professor de esculptura da academia das bellas-artes, e João Maria Feijó, lente de architectura.

Estes presidiram ás escavações necessarias na egreja do convento das religiosas de Sant'Anna, depois de terem consultado os livros do cartorio do mosteiro e da freguezia; e conseguiram achar na sepultura indicada nos documentos impressos e manuscriptos que se colligiram para aquella investigação, ossos dispersos, que, posto fossem de mais de um cadaver, se assentou estarem entre elles os de Camões.

De todo este processo fez a commissão um longo relatorio, para á vista d'elle se tratar da trasladação e do monumento.

Sobreveiu a revolução de setembro de 1836, e com ella a extincção da «sociedade dos amigos das lettras», pelo que não teve seguimento a proposta do sr. Castilho.

Quando este eminente escriptor imprimiu na ilha de S. Miguel, em 1849, o drama intitulado *Camões*, renovou em uma nota, sob a epigraphe de *honras posthumas*, a sua antiga proposta, mais ampliada.

Em 1854, o sr. Ayres de Sá Nogueira, então vereador da camara municipal de Lisboa, propoz que a cidade mandasse erigir um monumento a Luiz de Camões, na praça de Belem, por ter alli embarcado a armada de Vasco da Gama para o descobrimento da India.

Foi mui discutida na imprensa esta proposta, mórmente no tocante á escolha do sitio para a erecção do monumento, sem comtudo se tomar resolução alguma.

N'esse mesmo anno o governo, por portaria de 30 de dezembro, nomeou uma commissão dos srs. visconde de Monção, visconde de Juromenha, José Tavares de Macedo, e João Maria Feijó, para verificar de novo a existencia da sepultura de Camões na egreja do convento de Sant'Anna, e recolher os seus ossos n'um cofre para serem convenientemente trasladados.

Depois de consultar as memorias relativas a este assumpto, e de recolher todas as tradições que havia entre as religiosas do convento, mandou levantar todo o pavimento da egreja, e do coro de baixo, conseguindo achar n'este o jazigo do grande poeta, estando porém n'elle outros ossos, mas todos dispostos de fórma que bem se reconhecia não se lhes ter mexido. Como não os podia extremar, recolheu todos n'um caixão, lavrando por essa occasião o seguinte auto:

«Em quinze de maio de 1855, na egreja do convento de Sant'Anna d'esta cidade de Lisboa, pelas 10 horas da manhã, estando presente o excellentissimo ministro e secretario de estado dos negocios do reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, e os membros da commissão nomeada pela regia portaria de 30 de dezembro de 1854, para procurar os ossos de Luiz de Camões, e egualmente outras muitas pessoas distinctas, que ao diante assignam; ahi, tendo as religiosas do convento resado um nocturno do officio de defunctos, com as suas respectivas lições e laudes, e depois de ter dito missa o excellentissimo chantre da santa sé patriarchal, o doutor Manoel José Fernandes Cicouro, a que se seguiu a competente absolvição pelo repouso eterno dos fieis, cujos despojos mortaes foram achados no côro de baixo da mesma egreja, foi dito pelo presidente da commissão, o excellentissimo visconde de Monção, que, em virtude da citada portaria, se havia procedido á busca dos ossos do illustre poeta, depois de colligidas pelos membros da commissão todas as noticias que foi possivel obter, relativas ao jazigo dos mesmos ossos, não só em historias e memorias impressas, mas tambem em diversos manuscriptos; não deixando de ser procuradas as que porventura podessem existir no cartorio do mesmo convento, e no da freguezia de Nossa Senhora da Pena; informando-se das tradições da casa, e examinando toda a egreja, e outros logares do referido convento; e que, em virtude de tudo isto, a commissão se confirmava na opinião de que, não podendo duvidar-se de que os ossos do poeta existiam no seu antigo jazigo, pelos annos de 1736, é egualmente fóra de duvida, que de então para cá não foram removidos; do que tudo a commissão tem feito um relatorio para ser presente ao governo; e que por isso juntára os ossos no local aonde todas as memorias dignas de fé designam a sua sepultura; que estes ossos são os que estão no caixão que estava á vista. E logo foi aberto um cai-

[1] Para mim, para todos os que, á mingua de authenticas formaes, podem crer em reliquias authenticadas com probabilidades tão visinhas da certeza, para mim é moralmente certo, é provado, quanto humanamente se póde provar em casos taes, que alli estão as cinzas de Camões.

GARRETT. Nota á 3.ª ed. do Camões.

xão preto, em que estão mettidos os ossos que se acharam, e em que a commissão não póde deixar de reconhecer que estão os restos do grande poeta. Seguidamente foi o mesmo caixão collocado sobre o local onde jaziam os ossos; e, em signal de respeito, foi coberto com um panno preto, e a guarda d'elle encommendada ás religiosas do convento, para serem os ossos passados para outro caixão de pau santo, que não foi possivel estar prompto n'esta occasião, e ulteriormente trasladados para o novo jazigo, em que o governo tenciona depositaI-os. E logo eu, José Tavares de Macedo, membro da commissão, e que tenho servido de secretario, fiz este auto, que commigo assignaram o dito excellentissimo ministro e secretario de estado dos negocios do reino, os membros da commissão, e mais pessoas presentes a este acto. »

(Está assignado pelo ministro do reino R. da Fonseca Magalhães, pelos membros da commissão investigadora, pelo corpo municipal, por muitos pares do reino, deputados, etc.)

O relatorio que n'este auto se menciona, ainda não foi impresso; mas porque já o lemos, estamos habilitados a asseverar, que a zelosa commissão fundamenta o seu voto, com todo o rigor dialetico, sobre a identidade da sepultura de Camões, á vista dos documentos que para esta investigação consultou.

Em 1857 o «Gremio Portuguez» do Rio de Janeiro, publicou um programma assignado pelo seu presidente Francisco Gonçalves Braga, e pelo secretario Antonio Xavier Rodrigues Pinto, para se levantar uma estatua a Camões. Mas tambem este projecto não chegou a ir ávante.

Em 1858, o sr. Julio Maximo de Oliveira Pimentel, n'esse anno presidente da camara municipal de Lisboa, adoptando o pensamento do sr. Castilho para a fundação de um «campo elysio» no cemiterio dos Prazeres, fez em vereação essa proposta, a qual continha o artigo seguinte:

Artigo II. Para honrar a memoria dos homens illustres, e para animar os nossos artistas, ou mesmo os estrangeiros que se achem domiciliados em Lisboa, a camara municipal concederá todos os biennios a quantia da 500$000 a 1:000$000 réis, a titulo de premio, para aquelle que apresentar a melhor estatua ou busto de algum dos nossos grandes personagens historicos, que fosse oriundo de Lisboa.

§ 1.º A camara municipal abrirá para este effeito um concurso publico, consultando préviamente a academia das sciencias sobre a escolha dos personagens a cuja memoria se deve primeiro conferir esta honra municipal.

O sr. Castilho escreveu por esse tempo uma carta, que se divulgou em varios jornaes, apoiando esta proposta, demonstrando que Luiz de Camões devia ser o primeiro a ter alli um monumento, indicando por essa occasião qual a solemnidade com que os seus ossos deviam ser trasladados de Sant'Anna para aquelle cemiterio.

Finalmente, em 1860, tendo o sr. Victor Bastos, actual professor de esculptura da academia de bellas-artes, de Lisboa, feito o modelo de um monumento e estatua de Camões, que representa a nossa gravura, expol-o ao publico, nas salas da camara municipal, e tanto agradou, que desde logo se constituiu uma commissão para promover uma subscripção nacional, com cujo producto se executasse e inaugurasse aquelle monumento.

A commissão constituiu-se por esta fórma:

Presidente — Duque de Saldanha.
Vice-presidente — Francisco de Paula Santiago.
Thesoureiro — Carlos Krus.
Secretario — Joaquim Pedro de Sousa.
Vice-secretario — Luiz Tiburcio Ferreira.
Vogaes — Conde de Farrobo — Visconde de Porto Covo — Visconde de Menezes — Antonio Feliciano de Castilho — Abbade Castro — José da Silva Mendes Leal Junior — José Maria Eugenio de Almeida — Estevão Palha — Luiz de Almeida Albuquerque — Francisco Augusto Metrass — José Pedro Collares.

A commissão resolveu convidar para vogaes d'ella os srs. Alexandre Herculano e visconde de Juromenha.

Para honrar a memoria do mavioso cantor de D. Ignez de Castro, tambem as damas quizeram contribuir, formando outra commissão das seguintes senhoras:

Duqueza de Palmella — Duqueza de Saldanha — Condessa de Villa Real — Condessa da Ponte — Condessa da Lapa — Condessa de Pombeiro — Condessa do Lumiar, D. Amelia — Condessa de Rio Maior — Viscondessa da Foz — Viscondessa da Luz — Viscondessa da Asseca — Viscondessa de Menezes, D. Carlota — Baroneza de Sabrosa — D. Maria Krus — D. Maria da Conceição Casal Ribeiro — D. Marianna Margarida de Sequeira Barreto Martens Ferrão — D. Maria do Carmo Palha — D. Rosa Biester Mendes Leal — D. Joanna Santiago — D. Rita da Costa Lobo — D. Maria José da Silva Carvalho — D. Carlota Quintella de Sá — D. Candida Reis da Silva Pereira — D. Maria Constança Coutinho — D. Maria Rita Corrêa de Sá — D. Maria Eugenia de Almeida — D. Maria Joanna Delgado — D. Maria Amalia Machado.

Como filiaes da commissão central presidida pelo nobre marechal duque de Saldanha, se nomearam outras por todo o reino e ilhas, assim como no imperio do Brasil. N'este, muitas associações promoveram e obtiveram logo importantes subscripções, e algumas d'ellas fizeram do seu cofre avultados donativos. Das primeiras foi a benemerita sociedade *Madrépora*, que remetteu á commissão central de Lisboa 100$000 réis fortes.

No entretanto escolheu-se para a erecção do monumento a nova praça do Loreto, que por edital do governo civil foi denominada «Praça de Luiz de Camões.» A camara mandou-a nivelar, e está já feito o alicerce para brevemente se assentar a primeira pedra com a devida solemnidade.

Fez-se o contrato com o auctor do modelo para promptificar a obra em tres annos e meio, pela quantia de 38:500$000 réis.

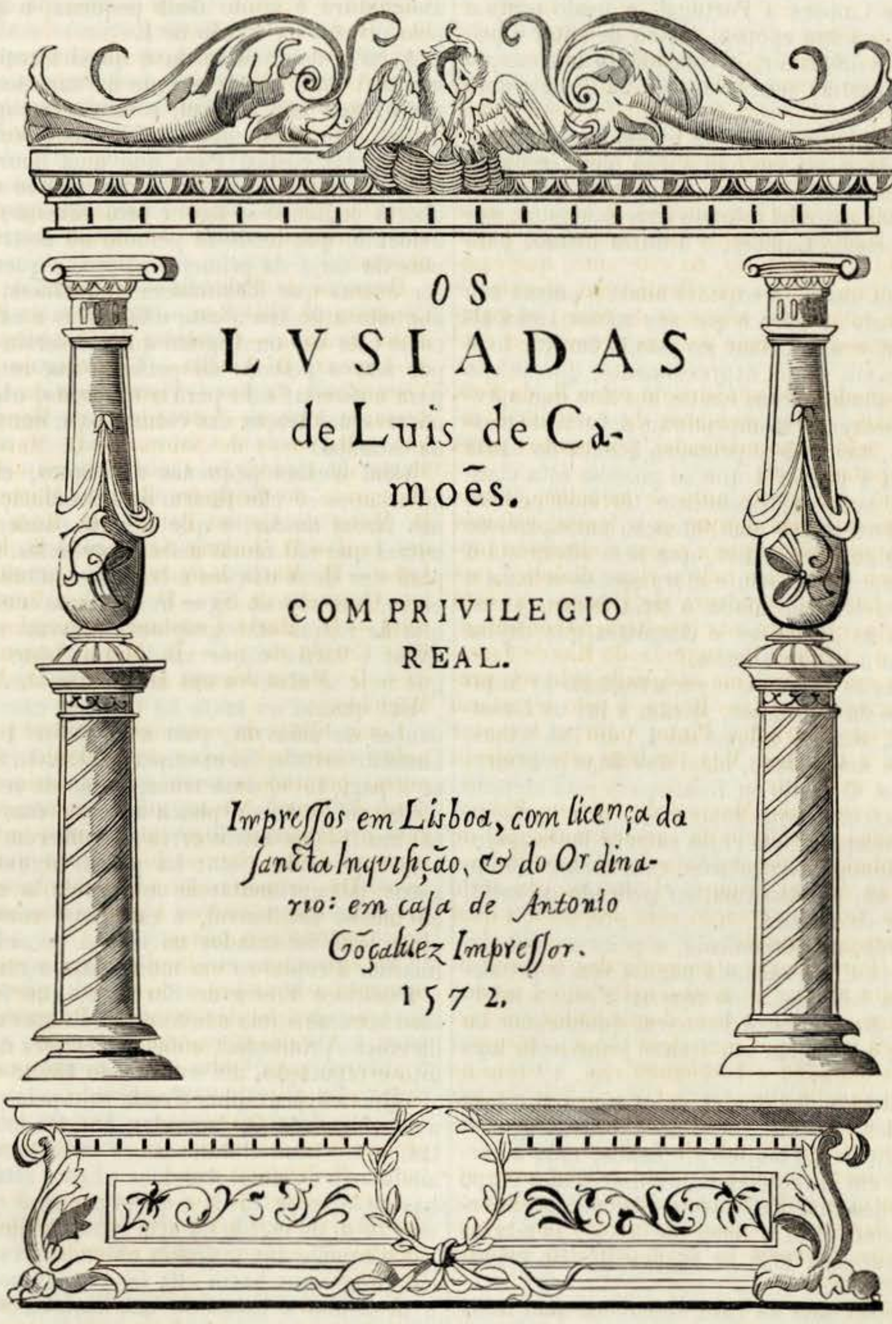
Antes porém de lhe dar começo, foi o sr. Victor Bastos á Italia e a França ver as melhores obras de estatuaria, para por ellas se guiar n'este seu arduo trabalho.

A estatua collossal de Camões ha de ser de bronze, e de marmore as oito figuras do pedestal, representando estas — Fernão Lopes (o primeiro historiador portuguez) — Pedro Nunes (cosmographo) — Gomes Eannes de Azurara — João de Barros — Fernão Lopes de Castanheda (historiadores das nossas conquistas) — Vasco Mousinho de Quebedo — Jeronymo Corte Real — Francisco de Sá de Menezes (épicos dos nossos conquistadores).

No dia em que se inaugurar a estatua de Camões serão tambem os seus ossos trasladados para o tumulo del-rei D. Manuel, no convento de Belem.

A subscripção nacional para este monumento monta já a 30:000$000; sendo 24:000$000 dos portuguezes estabelecidos no imperio do Brasil, e tambem de muitos cidadãos brasileiros.

A commissão central de Lisboa, além da circular que enviou para todos os pontos do reino, consulados do Brasil, etc., mandou abrir n'uma excellente gravura o desenho do monumento, a qual poz á venda por modico preço, a fim de que todos os subscriptores tivessem anticipado conhecimento da obra.


OS
LVSIADAS
de Luis de Ca-
moẽs.

COM PRIVILEGIO
REAL.

Impressos em Lisboa, com licença da
sancta Inquisição, & do Ordina-
rio: em casa de Antonio
Gõçaluez Impressor.
1572.

Fac-simile do rosto da primeira edição dos *Lusiadas*. — 1572. (Exemplar da bibliotheca nacional de Lisboa)

A primeira edição dos *Lusiadas* de Camões foi publicada em 1572, isto é, ainda em vida do auctor; e porque d'ella se fez mais de uma tiragem, como provam os muitos erros que apparecem n'alguns exemplares e n'outros não, suppoz-se que tinha havido duas edições no mesmo anno de 1572.

Antes de aventurarmos a nossa opinião a este respeito, recopilaremos quantas se tem já enunciado.

O primeiro critico bibliographico que os confrontou, foi o morgado de Mattheus D. José Maria de Sousa Botelho, quando mandou fazer em Paris a magnifica edição, conhecida pela denominação do seu vinculo.

Classificou elle de segunda edição a que achou com menos erros [1], e que além d'isso tem gravada ás avessas a portada que serve de tarja ao rosto do livro, ficando assim por ignorancia do desenhador, que a devêra ter copiado do original ás avessas para ficar direita na impressão.

Concluiu tambem o morgado de Mattheus, que Luiz de Camões não tinha revisto as provas de nenhuma das duas edições, á vista dos erros vergonhosos que ambas continham.

Este critico entende que houve segunda edição no mesmo anno de 1572; mas que se lhe conservou a data e os caracteristicos da primeira, naturalmente porque o auctor não conveiu nos córtes e substituições que os jesuitas queriam fazer no poema, como se viu depois na edição de 1584; e por isso annuíra á fraude de se reimprimirem os *Lusiadas* sob a mesma data e censura da primeira impressão.

N'uma memoria apresentada á academia das sciencias de Lisboa, em 1821, por Sebastião Francisco de Mendo Trigoso, com o titulo de *Exame critico das*

[1] A primeira edição tem 160 erros; a chamada segunda 133.

*primeiras cinco edições dos Lusiadas*, se lê a respeito da de 1572 o seguinte:

«Recolhido Camões a Portugal, e tendo posto a ultima demão na sua epopéa, tratou de obter o privilegio para a imprimir, e com effeito o alcançou del-rei D. Sebastião por alvará de 24 de setembro de 1571.

Este privilegio estendia-se ao tempo de dez annos, contados desde o dia em que a dita obra se publicasse; e quem contraviesse a elle devia pagar 50 cruzados, sendo todos os volumes apprehendidos, metade para o mesmo Camões, e a outra metade para o accusador.

Quando esta graça se expediu ainda o poema não estava licenciado; e parece que seu auctor tinha alguma idéa de o não deixar no estado em que hoje o vemos, pois alli se diz expressamente, que se elle tiver accrescentado alguns cantos aos dez que apresentára, tambem estes se imprimiram debaixo do mesmo privilegio, havendo-se primeiro licença do santo officio; e não é provavel que se pozesse esta clausula graciosa sem expressamente ter sido pedida, antes ella talvez indica uma intenção anticipada de entresachar alguns episodios, que sem alterarem o plano geral, augmentassem e aformoseassem mais a epopéa. Provavelmente assim o teria feito o poeta, a não serem as injustiças e desgostos que depois atormentaram a sua existencia.

Conseguidas as licenças, e encarregando-se Antonio Gonçalves da impressão, sairam á luz os *Lusiadas* em 1572, em um volume de 4.º de 186 folhas, numeradas de um só lado, além das duas primeiras que o não são. O titulo ou frontispicio está mettido dentro de uma tarja, que representa, pela parte inferior, uma banqueta, em cujas extremidades assentam duas columnas irregulares, com ornatos, e em cima d'estas um frontão com um pelicano no meio, que lhe serve de remate.

Esta estampa, mal desenhada, e peior executada, é aberta em pau. Na segunda pagina vem o privilegio de que já fallámos, e no reverso d'este a informação de fr. Bartholomeu Ferreira, qualificador do santo officio; na pagina em frente principiam logo os *Lusiadas*.

Afóra os titulos dos cantos, a primeira regra de cada um d'elles, e a inscripção do alto das paginas, que n'esta edição são em letra redonda, todo o corpo da obra é em caracteres italicos, de maior corpo do que aquelles que nas nossas officinas se conhecem actualmente com o nome de texto; as oitavas não são numeradas, nem ha argumentos no principio de cada canto.

Com a mesma data de 1572 appareceu uma reimpressão dos *Lusiadas*, muito similhante á precedente, pois tem o mesmo formato, o mesmo numero de paginas, a mesma letra, o mesmo papel; em fim, á primeira vista parece em tudo identica, e só depois de confrontadas uma com a outra é que se podem perceber algumas differenças. Acontecendo, porém, que a maior parte dos nossos litteratos não fizessem esta combinação, seguiu-se d'aqui que quasi todos elles se persuadiram que ambas as duas faziam uma só edição; e que até Manoel de Faria e Sousa, que trabalhou n'este assumpto, como elle assevera, o melhor de vinte e cinco annos, assim o entendeu quando publicou o seu commento dos *Lusiadas*, e só conheceu a differença mui posteriormente, isto é, na segunda vida do poeta, que não saiu á luz senão em 1685, alguns annos depois da sua morte.

As differenças d'estas duas edições consistem em que n'uma d'ellas (a que chamaremos n. 2) as palavras do titulo: os *Lusiadas... impressos em Lisboa*, estão escriptas com letra mais pequena do que na outra (a que chamaremos n. 1); o privilegio d'aquella tem caracteres menos grossos; a letra da informação do qualificador é irmã da do texto, e a da assignatura é muito mais pequena, o que succede pelo inverso na edição n. 1.

A tarja do frontispicio é quasi identica n'uma e n'outra: digo quasi, porque ha uma pequena differença, mas mui notavel, e vem a ser, que em uma d'ellas está a estampa perfeitamente como se fosse vista pelas costas. Para que uma figura qualquer sáia direita na impressão, é preciso que a chapa seja aberta contendo a figura pelo reverso; ora parece evidente, que tendo-se perdido ou destruido as fórmas da tarja da primeira edição, e querendo-se fazer outras que lhes fossem similhantes, o desenhador não attendeu a esta differença, e as riscou taes como estavam no original que lhe servia de modelo; por isso o pescoço do pelicano que estava voltado para a direita, saiu para a esquerda, e o mesmo se observa nos traços das columnas, e em todo o resto da estampa.

Além d'estas pequenas alterações, em que não fallariamos se não fossem as desconfianças que ellas nos fazem nascer, e que adiante ponderaremos, ha outras que são muito mais importantes. A orthographia das duas edições é bastante differente uma da outra, e nenhuma segue um systema constante; porque as regras orthographicas estavam ainda pouco fixas, e havia maior vacillação a este respeito do que hoje se observa nas nossas officinas.

Em quanto ao texto ha tambem não poucas mudanças de palavras, pois a edição n. 1 tinha saído bastante errada. No exemplar que tenho á vista achase a pag. 40 v. uma transposição de seis oitavas [1], o que indica bem a pouca attenção com que foi feita: muitos dos outros erros se conhecem assim como este á primeira vista: ha porém alguns mais perigosos, por apresentarem um sentido, se não perfeito, ao menos intelligivel, e esta foi a causa por que, ainda que emendados na edição immediata, continuaram a copiar-se em muitas das seguintes.»

Francisco Freire de Carvalho, que fez em 1843 uma accuradissima edição dos *Lusiadas* em presença da edição primordial, e das posteriores de maior credito e reputação, diz sobre a de 1572:

«Que a typographia d'onde saiu pela primeira vez á luz o poema *Os Lusiadas*, era das mais imperfeitas, o mostram claramente os raros exemplares que ainda hoje existem, das duas edições attribuidas ambas ao anno de 1572; e quem por ellas quizesse formar juizo do estado da arte typographica em Portugal n'aquelle anno, ficaria entendendo que mui fracos progressos havia ella feito ainda no paiz. Tal é o desalinho e grosseria que taes edições apresentam.

Todavia é fóra de duvida, que já anteriormente ao sobredito anno havia em Portugal typographias que trabalhavam com limpeza e até com certa nitidez, qual, por exemplo, aquella em que no anno de 1540 foram impressas em Lisboa [2] as obras do nosso illustre, posto que pouco conhecido e menos devidamente apreciado, sabio Antonio Luiz, precursor de Newton no conhecimento da grande lei da attracção universal.

Ora é bem de presumir que sendo os *Lusiadas* impressos em uma typographia ruim, bons não seriam os seus compositores e revedores; e que de tudo isto appareceriam os tristes effeitos na infeliz edição ou edições.

Demais, que o exemplar manuscripto que serviu para sobre elle serem feitas as duas primeiras edições dos *Lusiadas*, não fôra o original do poeta, pa-

[1] O exemplar da collecção Norton, que hoje pertence á bibliotheca publica de Lisboa, não tem similhante transposição.

[2] Devia antes citar a magnifica edição da *Vita Christi*, em portuguez, de 1495.

rece ser ponto fóra de toda a controversia. Pois como convir em que Camões, tão conhecedor de tudo quanto no seu tempo se sabia, do que é boa prova a vastissima erudição derramada pelos seus escriptos, fosse o copista do manuscripto de um poema, cuja primeira edição é torpissima, pelos muitos erros de orthographia, até de syntaxe, de metro e de rima que n'ella apparecem?

Que não fôra tambem o revedor das suas provas, muito embora alguem tenha que o fosse, pelo menos da reputada segunda edição de 1572 (edição que, é certo, apresenta algumas correcções importantes, porém ainda cheia de grande numero de erros injuriosos a tão grande poeta), facilmente o admittirá quem não ignorar o estado de agros desgostos, de pobreza, de molestias, e até de miseria a que se via reduzido por aquelle tempo o cantor immortal dos altos feitos portuguezes. Pergunto, ralado de desgostos, de fome e de miseria, quem ha que possa occupar-se, com a devida assiduidade, em trabalhos que demandam serenidade de espirito, e, quando menos, uma parca mediania?

Ainda mais; á vista da triste pintura feita por todos os biographos de Camões, do estado de pobreza quasi extrema, com que se achava luctando nos ultimos annos da sua vida, isto é, no tempo em que sairam á luz duas edições do seu poema, e ambas, como geralmente se crê, do anno de 1572, facil é tambem de inferir que não fôra elle o seu editor; mas antes que venderia, e por mui diminuto preço, o seu manuscripto, e por consequencia o seu acanhadissimo privilegio, a algum especulador; sendo este quem recolheu o principal interesse pecuniario das duas primeiras edições dos *Lusiadas*, o qual devêra servir para salvar da indigencia o seu altamente benemerito auctor.

Ora admittida esta opinião, que nenhuns visos tem de temeraria, é de toda a probabilidade que um tal editor dos *Lusiadas* não procederia na sua impressão com o cuidado e attento esmero de um auctor amante da sua boa reputação litteraria, e a mesma imperfeição typographica com que foram feitas estas edições de uma obra tão prima, acaso não é indicio manifesto de que fôra empreza, não já do seu egrejo auctor, mas sim de um especulador com mira no lucro, a troco de pouco trabalho e de pequena despeza?»

(Continua)

## CASA ONDE CONSTA QUE MOROU E FALLECEU CAMÕES

Em nenhum documento ou testimunho decisivo é fundada a tradição de que Luiz de Camões morrêra n'um hospital.

O sr. visconde de Juromenha, que tantos annos gastou na averiguação de todas as circunstancias não sabidas ou duvidosas da vida do principe dos nossos poetas; que fez os descobrimentos importantes que já consignou no primeiro vol. das *Obras completas de Camões;* que foi quem achou o verdadeiro anno do seu fallecimento [1], não conseguiu apurar este facto. Todavia, aponta uma biographia manuscripta onde se affirma que o poeta fallecêra na casa que acima indicâmos, testimunho que vem corroborar o já conhecido de Manuel de Faria e Sousa.

A este respeito faz o nobre visconde de Juromenha as seguintes ponderações:

[1] No liv. III de Ementas da Torre do Tombo, a f. 137 achou a seguinte: «6$765 réis no thesoureiro da chancelleria da casa do ciuel a Anna de Sá may de Luiz de Camões que deos aja por outros tantos annos que ao dito seu filho eram deuidos do primeiro do anno de DLXXX até dez de junho d'elle em que falleceu a rasão de 15$000 réis de tença.»

Até aqui todos os biographos o davam por fallecido no anno de 1579.

«Quaes foram as paredes confidentes das suas ultimas magoas, que ouviram os seus ultimos suspiros, que presenciaram scenas de tanta dor e amargura, que escutaram, com voz sumida entre o estertor da morte, aquellas suas palavras patrioticas — *morro com a patria*, é o que não podêmos cabalmente dizer. Alguns affirmam que acabou os seus dias no hospital. Manuel Corrêa [1] nada diz a este respeito; pelo contrario, commentando a est. 24 do canto X, na qual o nosso poeta allude a Duarte Pacheco, que morreu no hospital, fazendo menção da triste sorte d'aquelle valoroso capitão, que foi expirar n'uma d'estas casas de caridade, unicamente diz que o mesmo tem succedido a outros muitos excellentes varões, como os lidos na historia sabem. Parece que seria esta a occasião de emparelhar aqui na similhança do infortunio o nosso poeta.

O que dá mais força a esta tradição da morte no hospital, é a citação á margem de um antigo exemplar dos *Lusiadas*. «Que cosa mas lastimosa que ver un tan grande ingenio mal logrado! Yo lo bi morir en un hospital en Lisboa, sin tener una savana [2] con que cobrir-se, despues de aver triunfado en la India Oriental, de aver navegado 5:500 legoas por mar: que aviso tan grande para los que de noche y dia se cansan estudiando sin provecho, como la araña en urdir telas para casar moscas!» Assim se exprime fr. José Indio, monge carmelita do convento de Guadalaxara, que escreveu esta noticia n'aquelle exemplar. Comtudo é objecção tambem de alguma força, não ser o logar da sua sepultura no cemiterio proprio d'aquella casa, e ter-se pedido a mortalha á do conde de Vimioso.

..........................................................

No hospital real de S. José procurámos, com todo o cuidado, apurar a verdade do facto nos registos d'aquella casa, porém não o podémos conseguir, porque os assentamentos da entrada dos enfermos não chegam á epocha em que o poeta falleceu.

..........................................................

Comtudo, no tempo de Faria e Sousa era opinião mais seguida *que fallecêra em uma pobre casa na rua de Santa Anna*. «Algunos dizen que o Poeta murio en un hospital. Pero los mas dizen que el murio en una *pobre casita* en que vivia cerca del convento de monjas franciscanas y invocacion de Santa Anna.»

O padre Francisco de Santo Agostinho de Macedo, em uma biographia manuscripta, affirma *que morrêra em uma casa humilde* na dita rua junto ao arco de Sant'Anna, e casa da Encarnação, pegada com a ermida do Senhor Jesus da Salvação e Paz.

Se alguma vez o leitor subir esta ingreme calçada, e, fatigado, parar no meio d'ella, observe á sua mão esquerda uma casa em ruinas, sem habitador [3], que faz frente para a dita calçada e para o beco de S. Luiz, com os numeros 52 a 54 [4]; e saiba que debaixo d'aquelles telhados, talvez, curtiu a mais cruel e acerba desventura o cantor immortal da gloria dos portuguezes.

Incitados por esta recommendação do nosso amigo o sr. visconde de Juromenha, e por elle nos ter dito que nunca tivera occasião de procurar o dono d'esta memoravel casa, nos dirigimos ao sr. Manuel José Corrêa, que actualmente a possue. De bom grado e mui obsequiosamente nos facultou todos os titulos que d'ella tinha; e tão felizes fomos n'esta investigação, que entre elles achámos uma escriptura de venda feita no anno de 1552, isto é, vinte oito annos antes do fallecimento de Camões.

Como porém elle não estava em Portugal n'esse

[1] Teve particular amizade com Luiz de Camões.
[2] Manta.
[3] O sr. visconde escrevia isto em 1853. Hoje está renovada.
[4] 139 e 141 pela numeração moderna.

anno, recorremos a outra escriptura de venda posterior á sua morte, que tambem se acha entre aquelles titulos. É datada de 1591, apenas onze annos depois do seu fallecimento, pelo que a casa devia estar no mesmo estado em que elle a habitou.

E com effeito, confere no sitio, na pobreza e humildade, com a noticia que d'ella nos deixaram Manuel de Faria e Sousa e fr. Francisco de S. Agostinho de Macedo.

Ahi se confronta a casa que hoje tem os n. 139 e 141 na calçada de Sant'Anna, dizendo-se que parte com casas de um francez [1], e rua que vae para Sant'Anna (hoje calçada) e com a primeira travéssa que vae para o adro do hospital de Santa Anna (hoje beco de S. Luiz).

É porém mais explicito um auto de posse, junto aos mesmos titulos, com data de 4 de dezembro de 1602, vinte e dois annos depois da morte de Camões. Ahi vem ella descripta por esta fórma.

«Umas casas da banda de fóra do postigo de Santa Anna, na travéssa que vae para S. Luiz, e constam de um sobrado, e de telha vã; e no dito sobrado tem uma só casa ao comprido, repartida em duas com taboado pelo meio, e por detrás tem uma casinha pequena que serve de despejos, e tem escada para um pateo pequeno que tem por detrás das di-

## LOGARES MEMORAVEIS

### VII



Casa onde consta que morou e falleceu Camões

tas casas, que está coberto de telha vã; e com mais duas lojas por baixo, uma adiante da outra.»

Na escriptura junta a este auto de posse, se declara que a casa foi vendida em praça por 30$000 réis.

N'outro documento annexo a este, porém com a data de 1622, vem a medição e confrontação da mesma casa, mandada fazer pela camara de Lisboa, senhoria directa, a qual confere com a área que ainda hoje tem o predio que a nossa estampa representa.

N'esta medição se declara ser a casa emphyteuta ao morgado de D. Aleixo de Menezes (aio del-rei D. Sebastião) em 350 réis; e tambem foreira á cidade em 10 réis, por estar junta a uma barbacã do muro.

Pelas noticias que temos da situação das antigas portas da cidade, sabemos que a de Sant'Anna era alli; e bem claramente diz João Baptista de Castro, no *Mappa de Portugal*, que esta porta «ficava para baixo da parochial de Nossa Senhora da Pena, e no sitio onde hoje (1762) se vê a ermidinha chegada ao muro das religiosas commendadeiras de S. Bento de Aviz.»

[1] É a propriedade encostada á ermida do Senhor Jesus da Salvação e Paz com os n. 133 a 137.

Por estas confrontações tiradas de taes documentos, não duvidâmos assegurar ser esta a *pobre casita* onde morreu o principe dos poetas de Hespanha, indicada e assim chamada pelos já citados auctores.

Notamos que no já referido auto de posse de 1602, assigna como testimunha um Jeronymo Dias, *coveiro de Sant'Anna*, que póde muito bem ser o que enterrou Camões.

O sr. Corrêa, actual senhorio, nos declarou que as paredes mestras são ainda as antigas, como se verificou quando a casa foi restaurada; e que se lhe não alterára o prospecto que tem, pelo menos desde 1828.

No tempo de Camões a casa tinha um sobrado, isto é, um andar só; hoje tem dois e aguas furtadas.

Quando se lhe levantaram estes dois pavimentos não se sabe, porque ha uma interrupção dos titulos de 1622 a 1829.

Á vista do que deixâmos exposto, entendemos que está achada a casa onde morou e falleceu o grande Camões; que é este um dos primeiros *logares memoraveis* de Lisboa; e que a camara municipal, ou a commissão central do monumento, deve mandar pôr alli uma inscripção commemorativa.